

## MÉTODO DE PROJETO DE INTERIORES NO BRASIL

### INTERIOR METHOD PROJECT IN BRAZIL

Gilberto, R. de Oliveira<sup>1</sup>, D.Sc.  
Claudia, Mont'Alvão<sup>2</sup>, D.Sc.

(1) Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio

e-mail: [grangeldesign@gmail.com](mailto:grangeldesign@gmail.com)

(2) Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio

e-mail: [cmontalvao@puc-rio.br](mailto:cmontalvao@puc-rio.br)

Projeto de interiores; metodologia de projeto; princípios da EAC

A atividade de projeto de interiores (ou design de interiores) apresenta especificidades próprias relativas ao uso de uma metodologia projetual. No presente trabalho realizou-se pesquisa descritiva junto aos profissionais e os usuários que contrataram esta prestação de serviço. Faz-se uma análise do processo e de que forma a ergonomia costuma ser aplicada. O resultado propõe um método de projeto de interiores inédito para o desenvolvimento da atividade.

*Interior design, project methodology, EAC principles*

*The activity of interior design by its very nature hybrid, presents its own specific characteristics while the use of a design methodology. In the present paper a descriptive research was carried out with the professionals and the users that contracted this service, in order to understand in detail about the process, and in what way the human factors is usually applied. The result proposes an unprecedented interior design method for the development of the activity.*

### 1. Introdução

O projeto como impressão de uma ideia ainda não implementada não é uma exclusividade dos profissionais do campo das criações bi e tridimensional, ele costuma ser exercido nos mais variados campos do conhecimento principalmente por, arquitetos, designers e engenheiros. Nesta pesquisa faz-se um recorte para tratar dos aspectos do processo de projeto relacionados à atividade de design de interiores no segmento residencial. Trata-se de uma atividade com considerável reconhecimento na sociedade, que ainda passa por processo de afirmação, ainda que haja uma soma considerável de profissionais atuando no mercado. No Brasil e em alguns lugares do mundo (com algumas variações)<sup>1</sup> o exercício da atividade de design de interiores vem sendo praticado

invariavelmente por arquitetos, designers e designers de interiores. Como veremos no transcorrer do trabalho, a atividade é predominantemente exercida por profissionais com formação em arquitetura e urbanismo, os quais contam a seu favor com o peso da tradição histórica do exercício da profissão e o amparo legal de estruturas regulamentadoras. Por outro lado, é cada vez maior o número de profissionais que atuam nesse mercado com formação em design de interiores – nível bacharelado ou tecnólogo – e até mesmo com formação em desenho industrial – nível bacharelado ou tecnólogo, essa em menor número. Sabe-se ainda que é possível encontrar profissionais sem formação adequada exercendo livremente a atividade de design de interiores – estes casos serão desconsiderados nesse estudo.

<sup>1</sup> Extraído de: *International Federation of Interior Architects / Designers and International Design Alliance – IFI-IDA.*

<[http://www.ifiworld.org/#About\\_IFI](http://www.ifiworld.org/#About_IFI)>. Acesso em: 20.jan.2016.

Diante de um cenário onde determinada atividade profissional é livremente exercida por profissionais com formações distintas, é natural que hajam conflitos das mais variadas ordens, como formação, métodos de trabalho, título da atividade-fim e até mesmo a própria nomenclatura que batiza a profissão - inicialmente ela era chamada de arquitetura de interiores ou decoração de interiores, depois passou a ser chamada de decoração e mais tarde design de interiores – cada uma dessas nomenclaturas indicando maiores ou menores interferências no ambiente. No caso da atividade-fim – o projeto, os arquitetos e urbanistas costumam adotar a nomenclatura *projeto de interiores* e/ou *projeto de arquitetura de interiores*, ou *projeto de reforma de interiores* (conforme verificado em norma da CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo). Já o MEC – Ministério da Educação e Cultura instituiu o termo *design de interiores* no final da década de noventa, dando ênfase ao termo *design* para a atividade, e por decorrência, à designação do profissional como *designer de interiores*. Recentemente foi sancionada a Lei 13.369/16 que imprimiu a designação da atividade como *designer de interiores e ambientes*, através da regulamentação da profissão e encerrando anos de luta dessa categoria.

A tese de doutorado Método de Projeto de Interiores, defendida em abril de 2016, buscou responder duas questões centrais: (1) Os profissionais de D.I.<sup>2</sup> fazem uso de alguma metodologia para realização de seus projetos? Se fazem, as técnicas metodológicas que utilizam atendem às necessidades exigidas pelos usuários na elaboração de projetos de design de interiores no segmento residencial? (2) Os profissionais de design de interiores possuem conhecimento de ergonomia para elaboração dos seus projetos? E como os princípios de ergonomia do ambiente construído podem valorizar os métodos de projeto de interiores existentes, contribuindo positivamente com a melhoria dos processos, a fim de atender as necessidades impostas por usuários

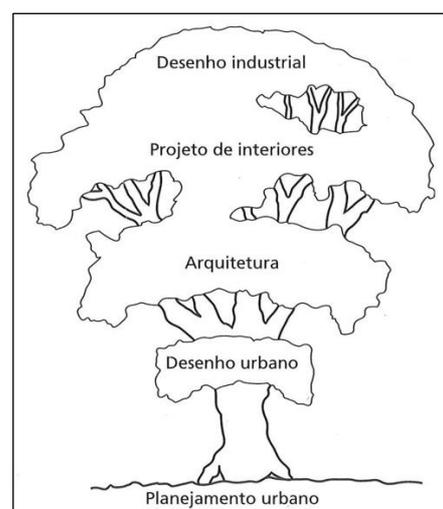
em projetos residenciais, com soluções plenamente satisfatórias?

Neste artigo serão descritas as etapas principais do trabalho realizado, que consiste na fundamentação teórica, o percurso metodológico adotado, resultados obtidos e elaboração de uma estrutura metodológica inédita para a atividade de design de interiores. Também serão externadas as atualizações cabíveis entre a data da defesa e a publicação deste.

## 2. Os agentes do projeto de interiores

Diferentes aspectos diferenciam os vários campos do projeto tridimensional, principalmente quando se considera o grau de complexidade inerente aos problemas abordados. Lawson (2005, p. 60) faz uma interessante separação das atividades entre os vários campos do projeto tridimensional. Segundo o autor, a ideia de complexidade do problema é utilizada como argumento para separar os campos através da perspectiva do tamanho do objeto e a atividade.

A idealização gráfica proposta na Fig. Nº 01 apenas representa uma proposta visual do autor sobre o conjunto de atividades do campo de projeto tridimensional que estão naturalmente interligadas, porém com atividades distintas.



<sup>2</sup> Para permitir melhor fluidez ao texto, utilizar-se-á no transcorrer de todo o trabalho a expressão “*profissionais de D.I.*” para designar os profissionais que exercem a atividade de design de interiores, com as devidas formações:

arquitetos e urbanistas, designers (de produto) e designers de interiores.

Fig. Nº 01 – Uma árvore com três campos do projeto tridimensional. Fonte: Lawson, 2005, p. 60.

A separação conceitual das atividades do campo de projeto tridimensional sugerida por Lawson (2005) é abordada nesta pesquisa no sentido de explicarmos sobre a atuação de cada profissional em seu campo específico. A imagem simbólica da "árvore" caracteriza um grupo específico de profissões, constituído por: designers, designers de interiores e arquitetos que atuam em um plano comum (o *habitat* humano), direcionadas para o homem, porém com especificidades distintas.

Nessa linha de pensamento será apresentado um breve panorama das três atividades que compõem o campo do projeto tridimensional (exceto planejamento e desenho urbano), conforme distribuição proposta por Lawson (2015), apontando-se as principais características de cada profissão e seus referidos campos de atuação definidos através de legislação específica.

## 2.1.1 – Design

O campo profissional do desenho industrial (ou design)<sup>3</sup> caracteriza-se como uma subdivisão da atividade humana recheada de características multidisciplinares. “Tal caráter se apresenta imbricando questões culturais, aspectos semiológicos, semânticos, cognitivos, psicológicos e tecnológicos, associados à arte, à sociologia, à antropometria, à ergonomia, à antropologia e à filosofia” (Esqueff, 2011, p. 11).

O ICSID – *International Council of Societies of Industrial Design* (Conselho Internacional das Sociedades de Design Industrial) recentemente realizou a redefinição da atividade de design industrial em sua 29ª Assembleia Geral, em Gwangju, Coreia do Sul – 2015: “Design Industrial é um processo de resolução de problema estratégico que impulsiona a inovação, constrói o sucesso do negócio e leva a uma melhor qualidade

de vida através de produtos inovadores, sistemas, serviços e experiências”<sup>4</sup> (ICSID – 2015). As definições do ICSID estão atentas às necessidades contemporâneas sobre o entendimento da “resolução de problema estratégico”, sem desconsiderar melhorias na qualidade de vida do usuário, diferenciando-se por sua característica interdisciplinar e acentuando à atividade maior valor na solução de problemas em várias esferas.

O modo de intervir e de pensar sobre a realidade, através do design, ultrapassa os limites clássicos delimitados para a profissão. Essa afirmativa, levantada por Buchanan (1995), demonstra o impacto da atividade de design na vida contemporânea. O autor explica que o design é uma arte liberal de cultura tecnológica, preocupado com a *concepção e planejamento* de todas as instâncias do mundo artificial, feitos pelo homem: signos e imagens, objetos físicos, atividades e serviços, sistemas ou ambientes.

Buchanan (1995, p.7) explica qual o impacto do design na vida contemporânea, por meio dos designers e até mesmo através de outros profissionais que não se consideram designers (embora atuem no mercado como tal), em quatro grandes áreas ou domínios, os quais expandiram seus campos de atuação: o primeiro destes domínios é a *criação de comunicações simbólicas e visuais*. Isso inclui o trabalho tradicional de design gráfico, como a tipografia e a publicidade, o livro e a produção de revistas e a ilustração científica, expandindo-se para a comunicação através da fotografia, cinema, televisão e computadores. A segunda área é o design de *objetos materiais*. A terceira área é a concepção de *atividades e serviços organizados*, que inclui a preocupação de gestão tradicional para a logística, combinando recursos físicos, instrumentos e os seres humanos em sequências eficientes e horários para atingir objetivos específicos. Por fim, a quarta área apontada por Buchanan (1995) é a concepção de *sistemas complexos de ambientes para viver*,

<sup>3</sup> Adotou-se nesta obra as expressões Design e Desenho Industrial, bem como, respectivamente, designer e desenhista industrial como sinônimos. Cf. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa e também Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa*.

<sup>4</sup> Industrial Design is a strategic problem-solving process that drives innovation, builds business success and leads

to a better quality of life through innovative products, systems, services and experiences. Nota: na tradução conservou-se a expressão Desenho Industrial, embora no Brasil utilize-se o termo “Design” desde 1990. Tradução do autor. Disponível em:

<<http://www.icsid.org/about/articles31.htm>>

Acesso em: 13.jan.2016.

*trabalhar, divertir-se e aprender*. Isso inclui as preocupações de áreas tradicionais da engenharia de sistemas, arquitetura e urbanismo ou a análise funcional das partes do todo complexo e sua posterior *integração* em hierarquias. Mas este segmento também se expandiu e reflete os costumes de uma ideia central sobre cultura e valores que expressam uma unidade na totalidade equilibrada. Esta área está cada vez mais focada na exploração do papel do design na manutenção, desenvolvimento e integração de seres humanos em ambientes ecológicos e culturais mais diversos, moldando esses ambientes, quando desejável e possível, às necessidades do homem. (Buchanan, 1995 p. 7-8).

## 2.1.2 – Design de interiores

Brooker e Stone (2014, p. 12) explicam que o design de interiores (ou projeto de interiores)<sup>5</sup> é uma atividade multidisciplinar que envolve a criação de ambientes internos que articulam o clima e a identidade por meio da manipulação dos volumes espaciais, da colocação de elementos específicos e mobiliário, além do tratamento das superfícies. “Em geral, descreve projetos que requerem poucas mudanças estruturais - ou nenhuma – na construção já existente, embora haja muitas exceções”. O espaço é mantido em seu estado estrutural original e o novo interior é nele inserido. Nesta obra corroboram-se os argumentos dessa definição e suas consequências.

Os autores fazem também uma distinção entre os termos *decoração de interiores* e *arquitetura de interiores*. O primeiro trata-se da arte de decorar espaços interiores – cômodos ou ambientes – para transmitir uma identidade característica que funciona bem com a arquitetura existente. Estão relacionadas com padrões de superfícies, ornamentos, mobiliário, acessórios, iluminação e materiais. O segundo termo preocupa-se com a remodelagem das construções e atitudes direcionadas para os espaços e as estruturas

existentes, a reutilização de construções e os princípios organizacionais. A arquitetura de interiores conecta as práticas do design de interiores com a arquitetura, e com frequência inclui problemas complexos estruturais, ambientais e técnicos. (Ibid. p. 11 e 12)

A função de um designer de interiores definida pela *International Federation of Interior Architects / Designers and International Design Alliance* – IFI-IDA (Associação Internacional de Design de Interiores e Aliança Internacional do Design) é defendida através de formação acadêmica, experiência e especialização, definindo que o designer de interiores deve estar qualificado para aprimorar a função e a qualidade dos espaços interiores, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, aumentarem a produtividade e proteger a saúde, a segurança e o bem-estar público<sup>6</sup>.

Alguns autores defendem que a atividade de design de interiores trata-se de uma interseção entre arquitetura e design. Pita & Costa (2012) destacam que por se tratar de uma “especialidade destacada da arquitetura, sofre preconceitos que tendem a inferiorizá-la”. Contudo, sabe-se que o profissional de design de interiores aborda questões relacionadas à funcionalidade (ergonomia, conforto térmico, lumínico, acústico), à estética (cores, formas, materiais, objetos) e ao simbolismo, exercendo alguma profundidade nesses aspectos. Essas questões relacionadas ao ambiente, antes quase que exclusivas à arquitetura, agora dividem espaço também com o design de interiores, no campo de trabalho.

Recentemente foi sancionada a Lei federal 13.369/2016 que garante o exercício da profissão de designer de interiores e ambiente. Conforme publicado, o “designer de interiores e ambientes é o profissional que planeja e projeta espaços internos, visando ao conforto e à estética, à saúde, e à segurança dos usuários, respeitadas as atribuições privativas de outras profissões regulamentadas em lei”.<sup>7</sup> Entre as competências

<sup>5</sup>O termo *design de interiores* é utilizado como nomenclatura oficial da atividade conforme regulamentado e aprovado através da Lei Federal 13.369/16 em 12 de dezembro de 2016. Também se utiliza o termo *projeto de interiores* (utilizado por alguns autores) para designar a mesma atividade, sem prejuízo de suas características próprias.

<sup>6</sup> Extraído do site: [http://www.ifiworld.org/#Definition\\_of\\_an\\_IA/D](http://www.ifiworld.org/#Definition_of_an_IA/D). Acesso em: 31 ago. 2014.

<sup>7</sup> Projeto de Lei 13.369/2016. Sancionado em 12 de dezembro 2016. Extraído do site: [http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=13/12/2016&&utm\\_source=akna&utm](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=13/12/2016&&utm_source=akna&utm)

estabelecidas para o profissional, destaca-se: estudar, planejar e projetar ambientes internos existentes ou pré-configurados, conforme as necessidades e objetivos do cliente ou usuário, planejando e projetando o uso e a ocupação dos espaços de modo a otimizar o conforto, a estética, a saúde e a segurança, de acordo com as normas técnicas, de acessibilidade, de ergonomia e de conforto luminoso, térmico e acústico devidamente homologada pelos órgãos competentes. O projeto de Lei 13.369/2016 sancionado e já em vigor poderá enterrar anos de discussão sobre a competência e campo de atuação do designer de interiores.

### 2.1.3 – Arquitetura e Urbanismo

A arquitetura como atividade profissional fundamentada na realização do projeto, apoia-se na análise crítica de Argan (1993), quando o autor aponta: “Há um corte muito preciso entre um período onde os projetos não eram separados como monumento intelectual e execução, e um momento onde, ao contrário, houve esta distinção”. O autor lembra que a separação da atividade técnica manual coletiva da atividade individual intelectual, através da manifestação de uma nova arquitetura clara, racional e organizada, é representada pela construção da cúpula da *Duomo Santa Maria del Fiori*, em Florença, edificada em 1434 por Filippo Brunelleschi.

Zevi (2011) lembra que para representação dos espaços o método comumente aplicado na maioria das histórias de arte e da arquitetura serve-se de: a) plantas, b) elevações e cortes ou seções, c) fotografias. Estes elementos constituem-se como formas essenciais da representação do espaço pela arquitetura; destaca-se a importância das plantas arquitetônicas:

Não obstante, a planta ainda é o único meio com que podemos julgar a estrutura completa de uma obra arquitetônica: todo arquiteto sabe que a planta é um elemento que, mesmo não sendo por si só suficiente, tem uma acentuada proeminência na determinação do valor artístico

[...]. As plantas ainda hoje são um dos meios fundamentais da representação arquitetônica (ZEVI, 2011, p. 30).

A Lei 12.378 assegura ao profissional de arquitetura e urbanismo, entre várias atividades e atribuições, o pleno exercício em projetos de “arquitetura de interiores, concepção e execução de projetos de ambientes”. Observa-se que a Lei utiliza o termo “arquitetura de interiores” e não “design de interiores” – termo oficializado pelo MEC no final da década de 90, como já mencionado antes. A utilização do vocábulo “arquitetura de interiores” expressa uma nítida manifestação de pensamento que considera a atividade de projeto de interiores associada à atividade de arquitetura, refletindo na atuação dos profissionais, para além dos aspectos superficiais do projeto de interiores.

### 3. Princípios da Ergonomia do Ambiente Construído

Moraes (2004) defendia o pensamento de que a Ergonomia do Ambiente Construído (ou Ergonomia Ambiental, como ela tratava) não se restringia apenas aos naturais problemas físico-ambientais, como iluminação, temperatura, radiação, ruído, vibração e cor – e desta forma acreditava que o tema não deveria ser tratado como “micro ergonomia”, junto com a estação de trabalho. A autora corroborava com os objetivos gerais do *The Environmental Design Technical Group* (Grupo técnico Design do Ambiente Construído), pertencente ao *Human Factors and Ergonomics Society* - HFES<sup>8</sup> (Fatores Humanos e Sociedade da Ergonomia), que tem como um dos objetivos gerais promover e incentivar a integração dos princípios ergonômicos ao design de ambientes. Este grupo técnico da HFES considera “as relações entre o comportamento humano e o ambiental projetado (construído, habitado), observando áreas comuns de pesquisa e interesses, que incluem aspectos ergonômicos e macro ergonômicos do design dentro do lar, escritórios e estabelecimentos industriais”.

[medium=email&utm\\_campaign=Aprova%E7%E3o+Final](#). Acesso em 25. Ago. 2017

<sup>8</sup> HFES – Human Factors Ergonomics Society: <https://www.hfes.org/Web/Default.aspx> e

[https://www.hfes.org/Web/TechnicalGroups/description\\_s.html](https://www.hfes.org/Web/TechnicalGroups/description_s.html). Acesso em: 20 jan. 2016.

Desta forma a autora compreende (e defende) que “ao termo ambiental cabem aspectos que contemplam desde questões amplas, como a ecologia, até aspectos mais restritos, como iluminação e temperatura de um ambiente” (Moraes, 2004, p. 8). Conforme os ensinamentos de Moraes (2004 e 2012), Moraes e Mont’Alvão (2009) e as considerações de Mont’Alvão e Villarouco (2011) aponta-se os cinco princípios que servem de base, a serem considerados quando se fala em EAC:

- **Considerar a interação do homem com o ambiente**, levando em conta suas características e limitações culturais, cognitivas, emocionais e físicas. Partindo-se de um plano geral tem-se a *ecologia ambiental*, em seguida o estudo dos ambientes urbanos, de ambientes públicos abertos (como praças) e públicos fechados (como aeroportos e hospitais), chegando-se ao estudo mais específico dos *ambientes laborais e dos ambientes domésticos*;
- **Considerar o princípio de usabilidade**. Moraes (2005, p. 11) chama atenção para o fato de que esse termo não se relaciona apenas com o ergodesign de interfaces computadorizadas, mas igualmente ao ergodesign de produtos, informacional e do ambiente construído e habitado. A ISO 9241-11 – *International Standards Association* define usabilidade como “a *efetividade, eficiência e satisfação* com as quais usuários específicos atingem metas específicas em ambientes particulares”.<sup>9</sup>

A *efetividade* se refere ao quanto uma meta ou tarefa é alcançada. No caso da EAC, tem-se a capacidade de se movimentar de um ponto a outro do espaço e desempenhar suas tarefas, por exemplo. A *eficiência* se refere à quantidade de esforço que o indivíduo investe para atingir a sua meta. No que se refere à eficiência no âmbito da EAC, mantendo o mesmo exemplo, além de ir de um ponto a outro do espaço, considera-se a economia de tempo e a segurança, ou seja, melhora a qualidade do trabalho. A *satisfação* se refere ao nível de conforto e de aceitabilidade dos usuários ao usar um produto. É um aspecto bem

mais subjetivo, pois depende da opinião e experiência de cada usuário, e é também o mais difícil de ser mensurado. Nos estudos de EAC pode-se ter satisfação com a paisagem, com a tranquilidade do ambiente, com a estética do ambiente construído, etc. Constata-se que a usabilidade do ambiente construído e habitado – seja meio urbano, o espaço público ou laboral – deve facilitar as atividades dos usuários, seja na sua utilização cotidiana, no trabalho ou no lazer (MORAES, 2004, p. 11-12).

- **Considerar a abordagem sistêmica**. A noção do sistema homem-máquina sempre se destacou como um dos conceitos básicos da Ergonomia, ao focalizar a inter-relação do homem (ser humano) com utensílios, equipamentos, máquinas e ambientes. O sistema possui tanto um ambiente interno quanto externo. “Naturalmente que um sistema não pode ser conceituado sem a definição do seu ambiente, pois este diferencia as coisas que são do sistema daquelas que não são. A definição daquilo que constitui um ambiente para um sistema em particular depende de que objetos devem ou não ser considerados como parte do sistema” (MORAES E MONT’ALVÃO, 2009, p. 44);
- **Enfoque centrado no usuário**. A visão centrada no usuário concentra-se no indivíduo como o único controlador do sistema. Moraes & Mont’Alvão (2009, p. 45) *apud* Osborne (1995), explica que “a ênfase da Ergonomia moderna tem sido investigar o operador e o ambiente como parceiros dentro do sistema de trabalho como uma totalidade, mais do que examinar em mínimos detalhes os componentes que constituem qualquer *loop* homem-máquina”. O acesso ao ambiente deve respeitar as características físicas, culturais, psicossociais e cognitivas do usuário, incluindo-se aspectos de acessibilidade física e orientabilidade. Deve ser global, universal em todos os sentidos e para todas as pessoas, focando seu posicionamento na adaptabilidade e conformidade do espaço às tarefas e atividades que nele irão se desenvolver;

<sup>9</sup> A Norma ABNT NBR ISO 9241-11 define usabilidade e explica como identificar a informação necessária a ser considerada na especificação ou avaliação de usabilidade de um dispositivo de interação visual em termos de

medida de desempenho de satisfação do usuário. Fonte: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=86090>>. Acesso em: 16 mar. 2016

- **Garantir conforto ambiental** – acústico, luminosidade e hidrotérmico, radiação, ruído, vibração e cor, além de adequação de materiais (revestimentos e acabamentos) possibilitando ao usuário realizar escolhas e controlar as condições ambientais que mais lhe agradam. Adequação de layout, fluxos e dimensionamento.

## 4. Investigação sobre o processo de projeto de interiores

### 4.1 A Pesquisa

Considerando-se o objeto de estudo desta pesquisa, que investigou a maneira de trabalhar dos profissionais de D.I. durante a execução do projeto e o resultado deste em relação aos usuários, planejou-se cuidadoso percurso metodológico de investigação (pesquisa descritiva) que foi aplicada em três etapas. As estratégias de inquirição ocorreram por meio de entrevistas, elaboração de questionário, pré-teste e aplicação do questionário definitivo junto a profissionais e usuários. Estão detalhadas nesta seção as etapas da aplicação da inquirição, os instrumentos (técnicas) utilizados, os critérios de participação na inquirição e a forma de aplicação de cada técnica. Todos os inquiridos assinaram o termo de consentimento de coleta de dados, padrão PUC-Rio. Foram estabelecidas três etapas distintas durante o desenvolvimento da pesquisa: **Etapa I** – preliminares da inquirição (entrevista não estruturada); **Etapa II** – inquirição com os profissionais de D.I (pré-teste e questionário definitivo); **Etapa III** – inquirição com os usuários.

### 4.2 – Etapa II - aplicação do questionário definitivo com os profissionais de DI.

No período de 14 de maio a 01 de julho de 2015 aplicou-se o questionário definitivo junto aos profissionais de DI, que representarão a amostra da pesquisa. O número total de questionários válidos foi de 85 (oitenta e cinco) respondentes. A plataforma de aplicação das perguntas foi o *software Evalandgo*. O número total de questões do instrumento de pesquisa foi 19, distribuídas em seis tópicos: *fase inicial do projeto; investigação de necessidades; elaboração de propostas;*

*apresentação de projeto; avaliação de satisfação dos usuários; e ergonomia e usabilidade.* As perguntas, em sua maioria, foram do tipo fechadas, com respostas de múltipla escolha. Em algumas perguntas era possível marcar mais de uma resposta; em outras apenas uma. O perfil estabelecido, proposto para a investigação, preconizava os seguintes critérios para participar da inquirição:

- possuir formação acadêmica nas áreas de arquitetura, ou design (preferencialmente habilitação produto) ou design de interiores;
- atuar profissionalmente no mercado de design de interiores com tempo superior a um ano;
- haver realizado projetos de design de interiores no segmento residencial recentemente;
- residir e/ou atuar em qualquer município do território nacional.

As fontes de acesso ao público-alvo foram as seguintes: profissionais participantes do evento Casa Cor (maior mostra nacional de decoração do país) na cidade de São Paulo (edição 2014 e 2015) e na cidade do Rio de Janeiro (edição 2014); *mailing* da loja de móveis planejados Florense Ipanema – Rio de Janeiro; contatos realizados com presidentes da ABD – Associação Brasileira de Design de Interiores, nacional e regional de SP, DF e RS; contatos pessoais com profissionais da área de design de interiores, construídos ao longo da vida profissional do pesquisador. Ao final de quase dois meses de trabalho, aproximadamente 400 (quatrocentos) *e-mails* haviam sido enviados. A plataforma do *software evalandgo* registrou 115 (cento e quinze) questionários respondidos. No final foi necessário realizar um corte de 26% (vinte e seis por cento) do total dos questionários respondidos.

### 4.3 - Etapa III – inquirição com os usuários

Esta etapa tratou da inquirição com 32 usuários que contrataram os serviços dos profissionais de D.I. e implantaram seus projetos. Os critérios adotados para confecção da amostra foram:

- ter contratado os serviços de profissionais de D.I. para execução de projeto de interiores para sua residência;
- ter implantado o projeto, ou seja, o usuário deveria ter passado por todas as etapas do processo de

projeto: contratação, proposta, aprovação e implantação;

- o usuário deveria ter realizado no mínimo o projeto de dois ambientes da residência, para uma avaliação mais completa e abrangente;
- o projeto de interiores fora realizado e implantado há pelo menos 36 meses ou menos.

O pré-teste do questionário foi aplicado em 5 (cinco) usuários, que preenchem totalmente os critérios pré-estabelecidos da amostra. Foi realizado nos meses de junho e julho de 2015, na cidade do Rio de Janeiro, capital. A ferramenta foi aplicada exatamente como se planejou executar a inquirição definitiva: depois da anuência do convidado à pesquisa, formalizava-se o processo através de *e-mail*, o qual fora enviado contendo informações gerais sobre a pesquisa e convite para acessar o termo de consentimento, padrão PUC-Rio. No mesmo *e-mail*, seguiram algumas explicações sobre a pesquisa e o link de acesso ao software *evalandgo*. Ao clicar no link, automaticamente o questionário era aberto, e depois de respondido um texto de agradecimento era apresentado para o entrevistado e as informações ficavam gravadas no banco de dados da plataforma. O processo era encerrado. No dia 14 de setembro a plataforma do *software evalandgo* registrou 37 (trinta e sete) questionários respondidos. Fazendo-se o corte necessário, fechou-se o trabalho com 32 (trinta e dois) respondentes. A pesquisa definitiva com os usuários ocorreu entre os dias 14 de julho e 14 de setembro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro, capital.

#### 4.4 - Resultados da inquirição com profissionais e usuários

Constatou-se que a habilidade e a experiência do profissional são essenciais para detectar as reais necessidades dos clientes, independentemente do método empregado, assim como verificou-se que “atributos técnicos próprios da atividade, aliados a vivência profissional e algumas habilidades pessoais contribuem significativamente para um “*feeling apurado*” e o uso de melhores estratégias, a fim de propor soluções que atendam às reais necessidades dos clientes”. (OLIVEIRA & MONTALVÃO, 2016)

Os registros das necessidades apontadas pelos usuários, conforme explicitada pelos profissionais inquiridos, alinham-se à etapa proposta nos métodos de projeto em arquitetura e design de interiores, o “*programa de necessidades*” (demonstradas nas ideias de Silva, 1998; na Norma 13532/95 – *Elaboração de projetos de edificações - arquitetura*, e ainda nas fases apontadas por Gibbs, 2014). Critica-se a ausência de registros sistemáticos nessa etapa do processo, o que contribui para o surgimento de lacunas sobre a execução da ação.

Diante dos dados levantados na seção que trata da etapa inicial para elaboração da proposta, verificou-se que a principal (quase única) técnica utilizada é a *conversa informal* (entrevista aberta) com o objetivo de extrair dos usuários as necessidades para o projeto. Outras técnicas que contribuem para qualificação das informações são realizadas, como a visita técnica com levantamento de medidas no local e registro fotográfico do ambiente. Entende-se que esta etapa é fundamental para o profissional absorver a atmosfera do espaço, o conceito e o estilo do cliente, a fim de propor possíveis soluções. É válido considerar que algumas técnicas costumam ser mais empregadas que outras em função das especificidades de cada projeto e do próprio perfil do cliente.

Sobre o conhecimento e uso de *ergonomia e usabilidade* acredita-se que, embora os dados apontem elevados índices de conhecimento e uso destas, vale considerar alguns fatos: sabe-se que a formação acadêmica em arquitetura pouco adota esta disciplina entre as cadeiras ofertadas na graduação universitária, e nem todos os cursos de design de interiores no nível tecnólogo dispõem de ergonomia no quadro de disciplinas obrigatórias – e quando possuem a carga horária em geral é mínima. Somente os profissionais com formação em design (independente da habilitação) cursam regularmente a matéria ergonomia com carga horária aceitável. Considerando-se ainda que apenas 33% dos profissionais afirmaram que investiram em alguma formação complementar, como cursos de especialização (dado identificado na análise do perfil dos inquiridos), dentre outros, isso leva-nos a questionar: qual a origem desse conhecimento relatado pelos profissionais? Será que grande parte dos saberes de ergonomia que os profissionais dizem possuir e utilizar foi adquirido

apenas na prática, de forma autodidata? Desta forma, apesar dos dados apontarem elevado conhecimento no assunto, é importante relativizar os resultados.

Percebeu-se, ainda, sensível ausência de sistematização dos processos de ergonomia, os quais os inquiridos afirmam conhecer e empregar, considerando que as assertivas sobre o uso da ergonomia apontadas pelos profissionais, na sua maioria, apresentam origem pautada apenas em técnicas de entrevista aberta, como conversas informais - desde o início do processo, passando pela investigação de necessidades, até a fase de avaliação. Verifica-se também que há ênfase sobre os aspectos de ergonomia apenas na fase inicial do projeto, desprezando-se, na maioria dos casos, a análise da tarefa, a fase de implantação e a validação. Estas observações contribuem para constatar que há fragilidade no discurso e prática dos reais aspectos ergonômicos que permeiam os projetos de interiores.

Por fim, quando foram inquiridos sobre o atributo de usabilidade os resultados obtidos nesta investigação causam desconforto. Como um projeto desenvolvido por profissional qualificado, onde a premissa da personalização é elevada ao mais alto nível de importância, atrelado a investimentos consideráveis de recursos financeiros e tempo, pode não atender ou atender parcialmente a critérios de usabilidade?

É certo que os resultados dessa investigação, declarados pelos profissionais inquiridos, estão pautados no modo de ver pessoal, subjetivo, de cada inquirido. Considerando-se que 29% dos profissionais questionados afirmaram que “às vezes, raramente ou nunca” fizeram (ou fazem) avaliação dos projetos realizados e implantados, e quando o fazem utilizam apenas a técnica de entrevista aberta (conversa informal), a satisfação apontada pelos profissionais sobre o aspecto de usabilidade não nos parece factível – pelo menos, como um dado científico. Acredita-se que os fatos apontados pelos profissionais, em grande parte dos casos, tratam apenas de conjecturas a partir de juízo de valor formado por indícios.

Embora expressivo número de usuários tenha declarado não ter tido nenhuma dificuldade em expor suas necessidades, e que, quando houve comentários e/ou ajustes, estes foram prontamente

atendidos, a questão não está totalmente elucidada. Afinal, um percentual significativo apontou que existiram aspectos indesejáveis como: inadequada identificação das necessidades do usuário; ausência de verificação sobre a satisfação do usuário; projeto final com falhas de execução; ausência de processo metodológico mais rigoroso; alguma ou pouca dificuldade na compreensão de suas exposições verbais. Estes aspectos reforçam a suspeita de que a técnica *entrevista* não é suficiente para abarcar o vasto leque de atributos a serem atendidos por um projeto de interiores, e as ações tomadas para resolver as questões indicam que são pequenos escapes ou “remendos metodológicos”, que certamente são insuficientes para solução do problema de forma eficiente.

Mesmo com elevado grau de satisfação, principalmente se considerarmos o aspecto da usabilidade do projeto, apontada por unanimidade dos usuários como satisfatória, destaca-se a necessidade de propor melhorias ao processo projetual dos profissionais de D.I., visto que é notória a preocupação em realizar trabalhos de alto nível, gerando clientes satisfeitos e multiplicadores. A pesquisa revelou elevado nível profissional por parte dos profissionais inquiridos, com espaço para implemento de melhorias. Constatou-se que há necessidade de serem implementadas novas técnicas e ferramentas que complementem o *modus faciendi* dos profissionais e os conhecimentos de ergonomia que (quando aplicados corretamente) podem contribuir positivamente e significativamente nesse cenário. (OLIVEIRA & MONTALVÃO, 2014)

Diante dos fatos identificados e relatados, é possível refletir sobre uma nova estrutura metodológica para projeto de interiores. Esta estrutura deverá ser planejada para cada etapa pensando-se na sistematização dos processos com enfoque no usuário, ferramentas metodológicas mais robustas que melhor identificassem as necessidades dos usuários e as adversidades durante a realização do projeto, e ainda com verificação do grau de satisfação do usuário mais precisa.

## 5. Proposta metodológica para atividade de Design de Interiores

Nesta seção apresenta-se a construção de uma proposta metodológica projetual organizada, com etapas e subetapas estruturadas, como contribuição para o desenvolvimento da atividade de design de interiores, visto que há necessidade de sistematizar a execução do processo de projeto de interiores e que, apesar dos métodos existentes, os estudos nesse campo são escassos, conforme demonstrado na justificativa da pesquisa. Sendo assim, propõe-se uma fusão entre uma estrutura organizada em fases comumente empregada na atividade de design de interiores e alguns aspectos dos métodos de projeto do design e arquitetura, considerando-se os princípios fundamentais da ergonomia do ambiente construído.

As etapas estruturais do método proposto para a atividade de design de interiores, considerando-se os princípios da ergonomia do ambiente construído, estão representadas através do esquema gráfico geral abaixo. Ver Fig. 02 – Estrutura geral do método para o projeto de interiores.



Fig. Nº 02 - Estrutura geral do método para o projeto de interiores. Fonte: o autor.

As etapas propostas para o método de projeto de interiores estão distribuídas em *seis etapas* principais e várias sequências. Cada atividade segue o fluxo contínuo da execução do próprio projeto, originando-se a partir da demanda proposta pelo usuário, passando pela fase de compreensão do problema, diagnóstico, geração de alternativas, apresentação de propostas, execução do projeto e validação. Cada etapa depende essencialmente dos resultados obtidos na fase anterior. Sendo assim, caso seja identificada alguma falha na realização de uma das atividades, faz-se necessário retomar a atividade anterior para correção do percurso.

A etapa inicial para o método proposto para projeto de interiores é a **COMPREENSÃO do PROBLEMA** (Fig. 03 – Etapa 1. Compreensão do Problema). Busca-se compreender as necessidades

dos usuários. As técnicas sugeridas para esta etapa são: entrevista estruturada + uso de questionário (*check-list*), visita técnica – observação assistemática. O profissional, se desejar, poderá lançar mão de desenhos, esboços e apresentar ou solicitar aos usuários fontes de informações adicionais, como sítios de internet, revistas, imagens, trabalhos executados anteriormente etc.

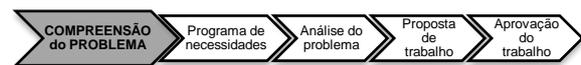


Fig. Nº 03 – Etapa 1- Compreensão do Problema. Fonte: o autor.

A segunda etapa do método para projeto de interiores é o **DIAGNÓSTICO** (Fig. 04 - Etapa 2. Diagnóstico). A origem do nome é recorrente dos métodos de ergonomia e, conforme o próprio nome anuncia, pretende-se traçar o diagnóstico do problema. Pretende-se nesta etapa aprofundar o entendimento sobre os problemas a serem elucidados com o projeto de interiores, analisar o ambiente em que será executado o trabalho; realizar a análise da tarefa, estabelecer conceitos para o projeto e levantar os orçamentos iniciais para elaboração da planilha de custo primária de execução do projeto.

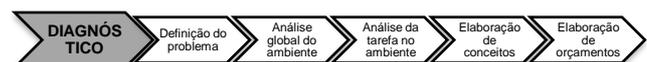


Fig. Nº 04 – Etapa 2 – Diagnóstico. Fonte: o autor.

A *análise global do ambiente* é uma etapa que se inspira no método MEAC de análise do ambiente construído. Para avaliação do ambiente deve-se verificar todos os dados do ambiente, tais como: dimensionamento, iluminação, ventilação, ruído, temperatura, fluxos, layout, deslocamentos, materiais de revestimento e condições de acessibilidade. O levantamento é realizado através de anotações, observações, instrumentos de medição e registro fotográfico. Em alguns casos, faz-se necessária a visita em momentos diferentes, para análise da interferência de ruídos externos, iluminação, etc. Todas as informações devem ser registradas e organizadas. Os registros de imagens na análise global do ambiente são importantes para oportunas verificações (a qualquer tempo) e, ainda,

para registrar o antes e o depois da realização da intervenção.

A *análise da tarefa* cuida da observação do ambiente em uso visando identificar a usabilidade, ou seja, o quanto o espaço em uso atualmente é um facilitador ou dificultador ao desenvolvimento das atividades que nele se abrigam. A análise da tarefa compreende observar o sistema homem – tarefa – máquina - ambiente através da observação assistemática (ou sistemática, para tarefas mais complexas) das atividades e realizar registros de comportamento em situações reais de uso. Sugere-se o uso de gravações através de vídeo (para tarefas mais complexas), entrevista semiestruturada com o usuário, verbalização (depoimentos do usuário sobre seu *modus operandi*) e observação assistemática ou não estruturada.

A *elaboração de conceitos* faz parte da etapa criativa que deve ser trabalhada nesta fase, imediatamente após a definição do problema e a realização das análises. Faz-se necessário que o designer de interiores planeje qual conceito projetual pretende implantar na sua proposta e de que forma esse aspecto identifica-se com o usuário.

Finalizando-se a segunda etapa do método proposto para projeto de interiores, o profissional deve levantar os orçamentos quantitativos primários para realização do projeto. Os orçamentos contemplam verificação de licenças, impostos, execução de obra civil, fornecimento de elementos para a obra, fornecimento de mobiliário e equipamentos, prestadores de serviços, etc. Esta etapa muitas vezes é condicionante para que o projeto siga em frente.

A terceira fase, **GERAÇÃO DE ALTERNATIVAS**, dependerá essencialmente do resultado da fase anterior (Fig. 05 – Etapa 3. Geração de alternativas). Quanto melhor diagnosticado o problema de projeto, melhores chances de acertos o profissional poderá obter através das alternativas propostas. É uma etapa essencialmente de planejamento e criatividade, muito semelhante aos processos de projeto de design industrial e arquitetura. Esta fase inicia-se com as *proposições ergonômicas* – termo utilizado na MEAC (Villarouco, 2008), a qual sugere recomendações ergonômicas para o ambiente

relacionadas a cada um dos problemas individualmente, e depois agrupados e relacionados entre si.



Fig. Nº 05 – Etapa 3 – Geração de alternativas. Fonte: o autor.

O *anteprojeto* deverá considerar as proposições ergonômicas e todos os aspectos levantados no diagnóstico. Naturalmente, nem sempre é possível equacionar todos os problemas com uma solução única. Trata-se de um desafio permanente a busca por soluções que atendam ao maior número possível de respostas, considerando as questões identificadas e tratadas na Etapa 1 – *compreensão do problema*. O anteprojeto deverá acompanhar o máximo de informações, que deverão ser apresentadas ao cliente. Em alguns casos esta fase é composta de alternativas que foram desenvolvidas e deverão ser discutidas com o demandador. A escolha da proposta final irá apontar quais as prioridades a serem atendidas pelo projeto. Para a segunda atividade, *especificação do anteprojeto*, deverá ser escolhida uma proposta definitiva.

A *preparação da apresentação* deve ser uma etapa planejada de forma correta. Para a correta compreensão da proposta de projeto o demandador deve disponibilizar tempo e local adequados para esta atividade. O profissional, por outro lado, deverá estar munido de todas as informações e argumentos para “vender” seu projeto. O material de apoio (amostras, catálogos, imagens, etc.) é fundamental para esclarecer para o usuário o detalhamento da proposta. Sugere-se um roteiro com anotações/esquemas sobre o que deve ser falado, explicado. A apresentação é uma ação de comunicação, portanto o profissional deve preparar-se adequadamente para esta etapa. Este momento deve ser marcado pela qualidade das informações passadas e pela própria prestação de serviço do profissional, que será avaliada pelo demandador.

A etapa **APRESENTAÇÃO de PROPOSTAS** marca o fim da fase de levantamento de informações, as quais deverão ser transformadas

em soluções através da apresentação de propostas ou anteprojetos (Ver Fig. 06 – Etapa 04. Apresentação de propostas).

As propostas idealizadas para resolver os problemas de projeto apontados na etapa *compreensão do problema e diagnóstico* devem ser apresentadas para o cliente, discutidas e escolhida a proposta definitiva.



Fig. 06 – Etapa 4 – Apresentação de propostas. Fonte: o autor.

Faz-se necessário que o profissional esteja munido de todas as informações necessárias, a fim de colaborar com os argumentos e proposições da solução pretendida. A participação do usuário é fundamental na *avaliação geral do anteprojeto*, visto que cada escolha realizada trará alguma consequência para o trabalho como um todo. Sugere-se capricho com os detalhes, organização do material, e principalmente clareza das informações. A escolha da proposta mais adequada, considerando as viabilidades técnica, estética, tempo e custo é o objetivo principal dessa etapa.

A *apresentação e aprovação de orçamento* deve oferecer ao cliente a real noção de valores previstos a serem investidos na execução da obra. O profissional deverá apresentar uma planilha de custos que relacione todos os custos previstos com o projeto de design de interiores: registro e legalização; execução de obra civil; revisão e/ou instalação de estruturas elétricas, hidráulica, gás e lógica; iluminação (luminárias e luminotécnico); paisagismo; fornecedores principais: marcenaria, mobília, objetos decorativos e eletrodomésticos; prestadores de serviços e, sempre que necessário serviços de consultoria. Os designers de interiores, com formação apenas em design de interiores, devem contar com a consultoria de arquitetos e engenheiros para as questões estruturais dos projetos.

Ao final dessa etapa, o profissional deverá identificar o grau de satisfação do cliente em relação ao anteprojeto definido, os orçamentos,

bem como o conjunto de informações prestadas. A *Verificação de satisfação 1* propõe que seja checado o nível de satisfação do usuário até esta etapa do trabalho. A ideia é verificar se há algo que não esteja completamente esclarecido, e que isso seja percebido e tratado. Para realizar essa etapa do trabalho sugere-se que o usuário seja inquirido e aponte respostas sobre seu grau de satisfação através de algum tipo de escala. Desta forma o profissional poderá fazer algumas perguntas, por exemplo, sobre o entendimento dos desenhos, se tudo foi passado de forma clara, se as estratégias foram satisfatórias, etc. O cliente deverá responder utilizando escalas do tipo: *pouco satisfeito, satisfeito, muito satisfeito*, por exemplo.

A EXECUÇÃO DO PROJETO é a etapa que reúne todas as questões levantadas e tratadas, a proposta de anteprojeto escolhida e todas as informações complementares levantadas (Ver Fig. 07 – Etapa 5 – Execução do projeto). Todo conjunto de informações será traduzido através do *projeto executivo*. Pode-se utilizar de forma análoga o esclarecimento prestado por Silva (1998, p.113) sobre o projeto executivo em arquitetura, que diz: “a finalidade do projeto executivo está expressa na própria denominação: ele serve como instrumento para a realização na obra, pressupondo a homologação da ideia exposta no anteprojeto”. O *projeto executivo* deve ser considerado como “um sistema de instruções”, que informarão todos os detalhes sobre a execução do projeto. Esta fase é composta por plantas, vistas e cortes desenhados em escala, com todas as informações técnicas de forma clara, especificando materiais e acabamentos definidos.



Fig. 07 – Etapa 5 – Execução do projeto. Fonte: o autor.

O início das atividades práticas para execução e implantação do projeto deve ser precedido da etapa *solicitação de licenças* – em geral é necessário

solicitar licenças para execução de obra<sup>10</sup> e/ou autorização do condomínio (no caso de edificações multifamiliares). As demais etapas dependerão do deferimento de licença para início dos trabalhos. Os profissionais com formação em design ou design de interiores deverão recorrer a parcerias com arquiteto/engenheiro civil – estes são responsáveis legais para assinar laudo e/ou projeto executivo, solicitação de RRT (registro de responsabilidade técnica), quando o projeto envolver obra civil.

*Escolha dos fornecedores e prestadores de serviços.* O profissional de D.I. comumente é cercado de fornecedores e prestadores de serviços das mais variadas atividades, a fim de atender à realização dos seus projetos. A relação de trabalho entre profissionais e fornecedores é pautada por profissionalismo e responsabilidade, visto que a eficiência ou não destes afetará diretamente o resultado do trabalho do contratado.

*A programação dos trabalhos ou cronograma de obra* precisa ser realizada da forma mais verdadeira possível, considerando os prazos de cada fornecedor e a atuação coordenada de cada atividade. Deve ser considerado o tempo para realização de pedidos, fabricação, instalação e entrega.

Entende-se que o *acompanhamento de obra* é uma etapa do trabalho do profissional de D.I. que não pode ser opcional – esta deve fazer parte do processo incondicionalmente para que os objetivos propostos sejam alcançados. Constitui-se de visitas constantes e regulares ao imóvel onde está sendo realizado o trabalho. Deve ser planejada com a frequência necessária de acordo com o nível de complexidade dos trabalhos e com a anuência do

contrato previamente estabelecido com o cliente. É importante que o profissional acompanhe a execução dos trabalhos para tratar de possíveis dúvidas, ou até mesmo de pequenos ajustes.

A última etapa do método de projeto de interiores é a **VALIDAÇÃO FINAL** (Ver Fig. 08 – Etapa 6 – Validação Final). Antes de realizar a entrega do ambiente com a obra executada e equipamentos e mobiliários instalados o profissional deverá fazer uma verificação geral de todo o trabalho. Evita-se através desse procedimento desagradáveis surpresas de algo que não esteja funcionando ou que não tenha sido executado corretamente.



Fig. 08 – Etapa 6 – Validação Final. Fonte: o autor.

Na *finalização e entrega* o profissional de D.I. aproveita-se da oportunidade para defender seu projeto finalizado, falar sobre os benefícios da obra, soluções que irão proporcionar maior conforto e segurança para o cliente e as melhorias do ambiente em geral, agregando valor ao seu trabalho. É interessante que documentos como notas fiscais ou materiais que tratam de manutenção, limpeza e garantias sejam entregues nesse momento. Desta forma faz-se um fechamento dos trabalhos e passa-se segurança para o cliente sobre a manutenção do espaço a partir deste momento em diante. Na *finalização e entrega* também é muito importante ouvir os relatos verbais e espontâneos do cliente sobre sua

<sup>10</sup> No Rio de Janeiro - RJ a Lei complementar Nº 32/2013 instituiu o código de licenciamento e fiscalização de obras públicas e privadas da cidade. O artigo 4º trata sobre a necessidade de licenciamento para execução de toda a obra de construção, reconstrução total ou parcial, modificação, transformação de uso, acréscimo, reforma e conserto de edificações em geral, marquises e muros, obras de estabilização geotécnica e drenagem. No alvará aprovado e expedido deverá constar, entre outras informações: o nome e número do registro no Conselho de Fiscalização Profissional competente do profissional responsável pelo projeto e do profissional responsável pela execução da obra. Acesso em: 02.fev.2016 – Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316>

[.nfs/d08c1d300048019c0325775900523a3e/af301a33ce21a01403257b4f0056e4a3?OpenDocument](http://www.cau.br/nfs/d08c1d300048019c0325775900523a3e/af301a33ce21a01403257b4f0056e4a3?OpenDocument)>

O CAU/BR, desde março de 2015, emite on-line o RRT – REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – Através da resolução CAU/BR Nº 91. Este documento comprova que projetos, obras ou serviços técnicos de arquitetura e urbanismo possuem um responsável devidamente habilitado e com situação regular perante o conselho para realizar tais atividades. Entre as atividades para as quais o documento é exigido configuram: projeto de arquitetura de interiores; projeto de reforma de interiores; projeto de mobiliário. Disponível em: <[http://www.cau.br/wp-content/uploads/2015/03/A4\\_RRT\\_07-05.pdf](http://www.cau.br/wp-content/uploads/2015/03/A4_RRT_07-05.pdf)>. Acesso em: 02.mar.2016.

experiência, a fim de cada vez mais aprimorar a execução dos trabalhos.

A opinião do usuário após a conclusão dos trabalhos é de grande importância para o aprimoramento da atividade constantemente. Sendo assim, sugere-se que o profissional aplique um pequeno questionário sobre os *aspectos da usabilidade* em relação aos ambientes edificados. O questionário deverá conter perguntas específicas sobre a eficiência, eficácia e grau de satisfação sobre cada cômodo em que realizou o trabalho. Para facilitar a aplicação e *verificação de satisfação 2*, sugere-se que sejam utilizadas escalas de avaliação através de cores – indicando do menor grau de satisfação ao maior grau de satisfação, ou simplesmente com as opções: *insatisfeito, pouco satisfeito, satisfeito, muito satisfeito*.

As seis etapas do método proposto para a atividade de design de interiores estão organizadas na Fig. 09 – Estrutura geral das etapas do método para o projeto de interiores.

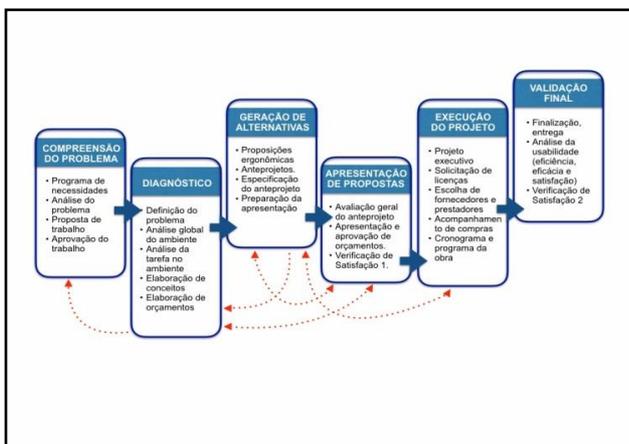


Fig.09 - Estrutura geral das etapas do método para o projeto de interiores. Fonte: o autor.

O método propõe uma sequência de fases que garantem ações com possibilidades de retorno. Cada fase ocorre numa sequência natural de execução, contudo respeitando a dinâmica do processo com suas idas e vindas. Os retornos (destacados na linha tracejada) são essenciais para a realização de revisões das etapas e ajustes constantes na execução do projeto durante todo percurso do trabalho.

## 6 – Considerações finais

Durante a realização deste estudo constatou-se que de maneira geral o processo de projeto dos profissionais de D.I. são pouco sistemáticos, visto que, conforme observado nas duas inquirições, há revisões do projeto em número elevado, ocasionando vários ajustes no trabalho. Verificou-se que ao fazerem uso de métodos próprios e realizarem algumas técnicas, como a conversa informal, o desenho (esboço) para tratar das adversidades no entendimento do processo de projeto e, ainda, para atender às necessidades dos usuários, os profissionais contam substancialmente com a *experiência profissional (feeling)* e a *habilidade* conquistada ao longo de anos do exercício da atividade.

Nesse sentido, apontam-se as assertivas de Karlen (2010, p. 16) onde o autor é taxativo e afirma “do ponto de vista prático e profissional, o arquiteto precisa de um processo eficiente e confiável ao qual recorrer sempre que se deparar com um projeto de arquitetura de interiores”.

Diante dos fatos identificados foi proposta uma estrutura metodológica para projeto de interiores: sistematizado; processos com enfoque no usuário; ferramentas metodológicas mais robustas que melhor identificassem as necessidades dos usuários e as adversidades durante a realização do projeto; verificação do grau de satisfação do usuário. As sequências de forma lógica são realizadas de acordo com a execução prática do projeto, porém há espaços para revisão caso haja não conformidades pelo caminho. Algumas considerações:

1. O método começou a ser implantado em dois escritórios de design de interiores no Rio de Janeiro, capital. Porém como o prazo de realização das atividades são extensos, ainda não há dados concretos que apontem para melhorias e adequações do método;
2. A pesquisa realizada neste trabalho considerou somente os espaços interiores residenciais. Sabe-se que existe um largo mercado de trabalho no segmento comercial/corporativo – principalmente lojas e espaços coletivos. Para atender a esse segmento do mercado o método

proposto para o projeto de interiores deverá sofrer alguns ajustes;

3. No Brasil existe um ávido mercado consumidor formado por idosos e pessoas com algum grau de deficiência que precisam ser atendidos, através de projetos de interiores especialmente pensados para este público. Algumas ferramentas, como *análise global do ambiente*, *análise da tarefa*, *observação sistemática*, podem ser importantes instrumentos na realização destes trabalhos, com grandes chances de sucesso. Fatos que podem ser confirmados em futuras pesquisas;
4. Parte dos problemas projetuais no campo metodológico possa e deve ser tratado em sala de aula. Essa assertiva conduz à ideia que o método de projeto proposto neste estudo poderia ser também apresentado aos futuros profissionais que estão em formação. Desta forma, seria possível avaliar os resultados da proposta em futuras pesquisas;
5. É válida a tentativa de desenvolver um conjunto de protocolos amplo e detalhado, que auxiliem os profissionais de D.I. na fase de investigação das necessidades (compreensão do problema e diagnose). Este instrumento pode auxiliar principalmente profissionais com menos tempo de experiência.

Considerando-se que a atividade de design de interiores ainda encontra-se numa fase de afirmação e reconhecimento (pelos seus pares e a própria sociedade), acredita-se seguramente que somente através do planejamento e da organização dos processos é possível alcançar níveis elevados de excelência. Em um país que culturalmente observa-se que mais horas são dedicadas às ações práticas imediatistas, e menos ao planejamento intelectual, reforça-se a importância no investimento dos estudos nas melhorias de métodos e processos eficientes para a atividade de design de interiores, visando cada vez mais a satisfação dos usuários. Não restam dúvidas que este é o caminho mais curto para alcançar soluções verdadeiramente satisfatórias em todos os níveis.

## Referências Bibliográficas

- ARGAN, G. C. A **História na Metodologia do Projeto**. Revista Caramelo, no 6, p. 156-170. São Paulo, 1993.
- BROOKER, G. & STONE, S. **O que é design de interiores**. Tradução: André Botelho. São Paulo: Senac, 2014. Título Original: What is interior design?
- BUCHANAN, R. **Wicked Problems in Design Thinking**. In: Buchanan, Richard & Margolin Victor (orgs). The idea of design. A design issues reader. London: Cambridge, 1995, p. 3 -20.
- CAPES. **Cursos recomendados e reconhecidos**. Disponível em: <<http://contetudoweb.capes.gov.br/contetudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&identicificador=29>>. Acesso em: 20.jul.2014
- CNPQ. **Informações**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest>>. Acesso em: 20.jul.2014
- ESQUEF, M. **Desenho Industrial e desenvolvimento**. As relações de produção do design no Brasil. Rio de Janeiro: Synergia, 2011.
- GIBBS, J. **Design de Interiores**. Guia útil para estudantes e profissionais. Tradução Claudia Ardións. São Paulo: Gustavo Gili, 2014. Título original: Interior Design
- ICSID. **International Council of Societies of Industrial Design**. Definition of Design. Disponível em: <<http://www.icsid.org/about/about/articles31.htm>> Acesso em 13.01.2016
- LAWSON, B. **Como arquitetos e designers pensam**. Tradução: Maria Beatriz Medina. 2 ed. São Paulo: Oficina de textos, 2011. Título original: How designers think: the design process demystified.
- \_\_\_\_\_. **How designers think: the design process demystified**. New York: Architectural Press, 2005, 4th ed.
- KARLEN, M. **Planejamento de espaços internos**. Tradução Alexandre Salvaterra. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. Título original: Space Planning Basics
- MONT'ALVÃO, C.; VILLAROUÇO, V. **Um novo olhar para o projeto**. Teresópolis-RJ: 2AB, 2011, p. 184.

MONT'ALVÃO, C.; QUARESMA, M.; COUTO, R. M. **Anamaria de Moraes uma coletânea**. Rio de Janeiro: RioBook's, 2014.

MORAES, A. de (org.) **Ergodesign do ambiente construído e habitado**. Rio de Janeiro: iUsEr, 2004.

\_\_\_\_\_. 4ª ed., Rio de Janeiro: 2AB, 2009.

MORAES, A. de.; MONT'ALVÃO, C. **Ergonomia: conceitos e aplicações**. 3ª ed., Rio de Janeiro: 2AB, 2007.

OLIVEIRA, G. R. de.; MONT'ALVÃO, C. **Método e metodologia projetual: o que dizem os profissionais de design de interiores e arquitetos sobre o processo**. In: 9º ENEAC – Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído, Rio de Janeiro – RJ, 2014.

OLIVEIRA, G. R. de; MONT'ALVÃO, C. **Investigação sobre o processo de projeto de interiores e o uso da ergonomia na prática**. In: 16 ERGODESIGN – Congresso Internacional de Ergonomia e Interfaces Humano Tecnológica, Florianópolis-SC, 2016

PITA, C. & COSTA, F. L. **Atribuições dos arquitetos e designers que atuam no projeto de interiores**. In: 10º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design – anais 10º P&D Design. São Luís, 2012.

SILVA, E. **Uma introdução ao projeto arquitetônico**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. **Construindo uma metodologia de avaliação ergonômica do ambiente** – AVEA.

Anais do 14º Congresso Brasileiro de Ergonomia. Porto Seguro: ABERGO, 2008.

ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura**. Tradução: Maria Isabel Gaspar, Gaeten Martins de Oliveira., 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Título original: Saper vedere L'Architettura.

## Agradecimentos

Ao

**LEUI – PUC-Rio**, Laboratório de Ergonomia e Usabilidade

**FAPEMA** – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico do Maranhão

Fábrica de Móveis FLORENSE